

DO RIO AO ASFALTO: O TERRITÓRIO VIVIDO DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.

Pâmela Costa da Silva
Universidade Federal do Pará /UFPA

1. CONTEXTUALIZANDO NOSSO OBJETO DE PESQUISA

“Não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão “integradora” de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?”

ROGÉRIO HAESBAERT

A pesquisa *“Do rio ao asfalto: O Território vivido dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa (MSE) de internação na Região Metropolitana de Belém (RMB)”* se propõe a discutir as trajetórias dos adolescentes no Sistema Socioeducativo como um processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) gerado pelo deslocamento dos adolescentes oriundos do interior do estado para a Região Metropolitana de Belém. No bojo desse deslocamento se produz e reproduz territorialidades, conformando um território vivido.

Para os fins desta pesquisa, propomos uma abordagem territorial das trajetórias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Internação, através do seu processo de entrada e permanência no Sistema Socioeducativo, uma vez que as vivências nas Unidades de Atendimento Socioeducativo- UASE's se configuram como elementos que corroboram para a des/reconstrução de suas territorialidades e, por conseguinte, agem no processo de desterritorialização e reterritorialização dos mesmos.

Quando o adolescente comete o ato infracional e por conta disso é responsabilizado e obrigado a cumprir a medida socioeducativa de internação fora do seu território, ele deixará para trás as vivências que compunham a sua territorialização como sujeito? O que fica e o que vai consigo neste deslocamento? O que é resignificado quando o sujeito é condicionado a novas vivências, ou seja, a uma nova territorialização. O adolescente é desterritorializado pela

prática infracional e é reterritorializado na UASE? Ou esse processo de TDR já está em ação antes mesmo da sua institucionalização?

A territorialidade é o produto e também produtor das relações sociais que os sujeitos estabelecem com o espaço, criando assim um movimento de interrelação que configura o território como produto dessas relações. Desse modo, a territorialidade constrói o território, e numa relação de interação, o território também produz territorialidade.

Longe de pensar no território, apenas como uso e controle, de forma estática, fugindo das interpretações do território como um fenômeno inanimado, em que se tem apenas um único agente exercendo o poder, em que há somente o uso social de pessoas sobre um lugar. De acordo com Foucault: “Tendo como efeito a constituição de uma identidade. Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças.”¹

Mesmo que o controle seja um atributo específico dos homens e esteja presente na constituição do território, significando a expressão geográfica da dominação social em certa área, o controle pode significar ao mesmo tempo, relações de poder realizadas entre os homens em áreas compartimentadas ou entre diferentes áreas. Desse modo, são as territorialidades que correspondem aos comportamentos culturais, geopolíticos, econômicos e psicológicos ou, dito de outra maneira, ao exercício de influência, controle e pertencimento.

A UASE como aparato disciplinar mediante as normas de convivência, a rotina do controle do tempo e do corpo, é um lugar de experimentação da vigilância integral, conforme as inferências de Foucault: “De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder.”²

2. DELINEANDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se anuncia como uma ferramenta que nos possibilita construir saberes sobre a realidade, podemos assim registrá-la, alterá-la e socializá-la. Conforme define Chizzotti: “A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas

¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 29ª ed., 2011. p.161-162.

² Ibid., p. 160.

que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida.”³

Neste sentido a postura do pesquisador deve se pautar no olhar, no ouvir e no escrever, conforme apresenta Oliveira: “[...] três etapas de apreensão dos fenômenos sociais através destes atos cognitivos. O olhar e o ouvir do pesquisador são disciplinados pela disciplina pela qual se efetiva a percepção. O Escrever é o pensamento e a produção do discurso para a construção da teoria social”⁴. Assim a ação do pesquisador é imbuída de teoria e prática intrinsecamente relacionadas.

O percurso metodológico a ser delineados para os fins desta pesquisa situa-se no universo das Unidades de Atendimento Socioeducativo de Internação – UASE’s, existentes na Região Metropolitana de Belém (Benevides, CJM, CIJAM, CESEM e Ananindeua).

Os sujeitos da pesquisa são os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação provenientes do interior do Estado, neste sentido a delimitação do *locus* de pesquisa será de acordo com a incidência desses adolescentes. Localizaremos essa demanda através da relação de controle de entrada e saída dos adolescentes de cada UASE, com base nestas informações elaboraremos um *mapa da procedência* destes adolescentes. Esses dados preliminares me possibilitarão saber movimentação dos adolescentes no Sistema Socioeducativo, permitindo assim um panorama geral.

No processo investigativo utilizaremos como técnicas de coleta de dados a *análise documental*, a *pesquisa de campo* e a *história oral de vida*. A *Análise Documental*, como nos apresenta Almeida⁵, é entendida como um procedimento metodológico que utiliza métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de variados tipos de documentos. Sendo assim, o documento é reconhecido como fonte de informações e se constitui no objeto de investigação e elucida uma dada realidade. O documento pode ser escrito ou não, essa

³ CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 11.

⁴ OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever**. In: O trabalho do Antropólogo. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 17-18.

⁵ ALMEIDA. C. D.; GUINDANI. J. F.; SILVA. J. R. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I. Nº I. Julho de 2009. ISSN: 2175-3423. Disponível em www.rbhcs.com. Acesso em 01.08.10.

abordagem concebe as demais linguagens, como, por exemplo, a visual, através de filmes, fotografias e etc.

Realizaremos a análise dos prontuários de atendimento dos adolescentes, com a finalidade de obtermos as seguintes informações a respeito dos sujeitos da pesquisa: nome, idade, escolaridade, procedência, histórico no atendimento socioeducativo, tipificação do ato infracional, usuário de drogas, vínculo/relação familiar. Essas informações serão preliminares. A pesquisa de campo possibilitará, o acesso a documentação necessária, assim como a aproximação com o cotidiano da UASE através da observação.

Os procedimentos de pesquisa contemplarão a realização de entrevistas semiestruturadas para a composição da história de vida dos adolescentes. A partir das reflexões de May⁶, considera-se que a entrevista é um recurso que auxiliará como roteiro base na mediação do diálogo com os sujeitos da pesquisa, servindo, assim, como instrumento de registro das falas dos sujeitos, norteador o diálogo a fim de extrair a riqueza dos relatos. Pretendemos dar relevância às falas dos sujeitos, valorizando a narrativa oral como documento de investigação acadêmica, conforme nos aponta Holanda e Meihy: “Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas, feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista.”⁷

Neste âmbito a história oral de vida se apresenta como forma peculiar de extrair a essência subjetiva das relações humanas: “As histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala. Isso talha a essência subjetiva da história oral de vida.”⁸

Na composição dos recursos de coletas de dados, é preciso estar atento para o perigo dos binarismos: certo/errado, lícito/ilícito para compreender categorias secundárias ou subjacentes. A pesquisa qualitativa se propõe como ferramenta privilegiada para o campo de atuação do pesquisador antes, durante e depois da investigação.

⁶MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

⁷ HOLANDA, Fabíola e MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer como pensar**. Ed. Contexto, 2ª ed. São Paulo: 2010, p. 14.

⁸ Ibid., p. 35

A nossa intenção é buscar como era a vida cotidiana deste adolescente antes da institucionalização e assim fazer o registro da história oral de vida dos sujeitos da pesquisa.

O levantamento bibliográfico e a sua revisão no desenrolar da pesquisa é procedimento imprescindível para que possamos nos aprofundar teoricamente sobre a temática e para a fundamentação das análises sobre a realidade pesquisada.

3. TERRITÓRIO: TRILHAS DE UM CONCEITO EM MOVIMENTO

“(...) vejo um momento riquíssimo para a Geografia, para se dar conta da explicação, da pesquisa, do conhecimento, dessas múltiplas territorialidades, num tempo que parece que os territórios se desmancham, que são produzidos múltiplos outros territórios, que a função da técnica permite a invenção de novas espacialidades, nas quais se produzem outras relações com essas espacialidades, portanto, possivelmente outros territórios. Há um caminho teórico muito rico e polêmico, mas há uma empiria significativa para darmos conta de conhecer uma geografia que é desse tempo, que é de agora, uma geografia de transformação mundial, uma geografia de ressignificação de territórios locais, de uma geografia cultural de enormes distâncias. Acho que temos um compromisso muito importante.”

ÁLVARO HEIDRICH

O extrato acima foi retirado de uma entrevista do Prof^o Álvaro Heidrich na Revista Formação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente, que nos remonta para a responsabilidade atribuída ao Geógrafo, instigado a se lançar na aventura de desvelar “uma geografia que é desse tempo”. Faz um alerta para o rico e polêmico momento que a Geografia vive e tem sua centralidade no conceito de território, uma vez que as relações dos sujeitos sociais imbuídos de multiplicidade e de mobilidade se desmancham e produzem o novo.

A emergência de investigações no âmbito da abordagem territorial para a compreensão de novos territórios e de novas territorialidades resignificadas nos territórios locais apresenta-se como um desafio, sobretudo, pela tradição na Geografia em alinhar o debate sobre território, apenas no campo político e econômico e em escalas macroestruturais. Desse modo o conceito de território será o ponto de partida e chegada desta pesquisa.

Antes de qualquer incursão conceitual e metodológica para esta dissertação, cremos ser necessário contextualizar a categoria-chave de nossa discussão, que é o território e os demais conceitos que se interrelacionam com ele, quais sejam: territorialização-desterritorialização-reterritorialização e territorialidade para assim melhor situar nosso objeto de pesquisa.

O primeiro passo a ser fincado rumo a fundamentação conceitual desta dissertação, será no sentido de demarcar teoricamente a categoria geográfica de território, haja vista a polissemia conceitual predominante do termo, que não é exclusivo da Geografia, pois outros ramos do conhecimento, sobretudo no âmbito das Ciências Humanas se aproximam desta categoria, como: Psicologia, Antropologia, Economia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia, o que nos leva a perceber a amplitude e a multiplicidade do conceito de território.

Nestas linhas iniciais, queremos levantar o debate acerca das concepções de território e justificar nossa posição diante deste turbilhão de possibilidades, uma vez que a partir de nossa filiação a determinada abordagem conceitual, chegaremos ao elemento-chave de nossa proposta de pesquisa: o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização de adolescentes privados de liberdade e a conformação de seu território vivido.

Haesbaert (2007) traz um trabalho fundamental no sentido de nossas inquietações, pois o autor busca apresentar o conceito de território sob diferentes prismas epistemológicos. Nesta perspectiva, o autor situa o marco temporal da polêmica em torno da conceituação de território e territorialidade no início da década de 60, onde a Sociologia toma a dianteira na discussão frente à Geografia que se mantém ausente até 1976, quando Torsten Malmberg lança o livro “Territorialidade Humana” pautado na teoria behaviorista, alinhando a territorialidade humana a animal. Logo, o conceito de território tem uma amplitude, mas sofre com a precarização, uma vez que não converge para um diálogo interdisciplinar. O conceito de território e territorialidade é central para a Geografia, uma vez que trata da espacialidade humana.

Para dar conta desta amplitude o autor agrupa em quatro vertentes básicas e generalistas do conceito de território: a) Política: que entende o território como espaço delimitado juridicamente, onde o poder político estatal se estabelece mediante a atuação das instituições; b) Cultural: onde o território como espaço vivido tem na dimensão simbólica e subjetiva sua ênfase como produto da apropriação simbólica; c) Econômica: em que o território é compreendido como fonte de recursos, como espaço das relações econômicas, da relação capital-trabalho-classe social; d) Natural: converge no território inativo palco das relações sociedade-natureza, onde as análises feitas ao mundo animal eram aplicadas ao

mundo social. No sentido de ampliar sua análise ele propõe a conceituação de território segundo: 1) O binômio materialismo –idealismo: seccionada em duas perspectivas de território, uma parcial, enfatizando apenas uma dimensão (política, econômica, cultural ou natural) ou na perspectiva integradora que alia todas as dimensões citadas; 2) O binômio espaço-tempo: relacionando-se em dois sentidos, o primeiro de modo relacional, relativizando a dinâmica temporal ou na distinção de físico-material ou na historicidade e geograficidade, logo se determina como condicionante geral a todo e qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está delimitado a um período, a um grupo social e/ou espaço geográfico.

Haesbaert indica que o pesquisador dará uma resposta aos referenciais apresentados conforme a sua posição filosófica, alertando para o fato de que: “Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.”⁹

Neste sentido, o autor conduz o debate para além das dicotomias meramente dualistas, sugerindo uma abordagem em que as dimensões materiais e imateriais do território, uma vez que são elementos integrantes do território, movimentam de modo indissociável as relações sociais. Revela assim, que entender o território é ir além dos binarismos e dualismos, pois a essência de sua compreensão está no movimento.

Considerando esse movimento epistemológico do conceito de território e os seus desdobramentos, nos remetemos também a Saquet (2007) que também ressalta o caráter mobilizador que o conceito de território exprime: “Todos vivemos em movimento de ideias, construções, ações, reações, encontros e desencontros, enfim, em múltiplas relações históricas e geográficas. O movimento é resultado e condicionante de determinações territoriais (i)materiais; de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam a vida, o pensamento”¹⁰

Podemos afirmar que estamos diante de um conceito que traz em seu bojo um aspecto central: o movimento, que para além das perspectivas meramente econômicas e políticas que

⁹ HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 42.

¹⁰ SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.04.

negligenciam esse aspecto, definindo o território apenas como palco, material e estático, não reconhecendo a vida em ebulição, construindo este território.

A abordagem que assumiremos nesta pesquisa reconhece o território como esse campo de possibilidades materiais e imateriais onde os aspectos políticos e econômicos não se colocam sobrepostos aos elementos culturais, pelo contrário dialogam na perspectiva de uma abordagem interrelacional.

O conceito de território é um dos mais caros a Geografia por ser um campo em total ebulição e confusão, como afirma Souza (2009): “(...) o conceito de território tornou-se no Brasil, uma coqueluche com várias características de um modismo”¹¹. Alinhando-se a uma análise relacional o autor afirma que: “(...) a própria separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico”, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível mas não é propriamente separável”¹², alertando para as armadilhas da *coisificação* do território, este é entendido com manifestação do espaço social e de sua espacialidade, mas não é apenas uma coisa material, havendo sim um substrato de suporte e referência para o território que é indissociável, mas não são sinônimos, devemos reconhecer assim sua materialidade a sua imaterialidade, contrapondo as análises em que a interpretação do território perpassa apenas pela lógica político-estatal atrelada ao Estado-Nação. Identifica as relações de poder presente no campo de força das relações sociais: “O poder é uma relação social (ou, antes uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido”¹³.

O autor levanta questões cruciais com a importância da observação daquilo que se passa no “*mundo da vida*”, ou seja, nas vivências do cotidiano dos indivíduos e grupos sociais: “É a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente (...). É a escala, mais

¹¹ SOUZA, Marcelo Lopes de. **“Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Orgs: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. Expressão Popular, 1ª ed. São Paulo: 2009, p.

¹² Ibid., p. 60.

¹³ Ibid., p.66.

abrangeiramente, dos “micropoderes” (...)”¹⁴. Nesta perspectiva, nossa pesquisa se destina a colaborar neste campo de interpretação, trazendo à tona a relevância de análises no sentido de colaborar no debate acerca do território e suas interfaces.

Para além das polêmicas e dos modismos que permeiam este debate, a contribuição de Marcos Aurélio Saquet, que é um dos estudiosos neste campo, se aproxima de Haesbaert, pois também faz um resgate histórico-conceitual do território, uma vez que em sua abordagem territorial entende o território como produto e produtor das relações entre economia, política e cultura, que se estabelecem nas relações sociais. Esses elementos ora se apresentam de forma material, ora de forma imaterial, onde as categorias de tempo e espaço são fundamentais para compreender que o processo de constituição do território como (i) material, se dá pelo movimento dos elementos da economia, da política e da cultura, evidenciando a sua multiplicidade, indo para além da dimensão meramente política ou jurídica tradicionalmente advogada.

Assim, atualmente no Brasil, Haesbaert e Saquet despontam desde o final da década de 90 até a atualidade, como pesquisadores de referência nos estudos acerca do território, uma vez que suas produções se debruçam em garimpar os trabalhos anteriores de autores nacionais e internacionais para mediante a análise dessas produções contribuir com as pesquisas vindouras no âmbito das abordagens territoriais.

Não temos condições, por agora, e nem é nossa intenção refazer o percurso que os autores citados muito bem já fizeram, entretanto, como em nossa abordagem territorial trabalharemos com o tripé territorialização-desterritorialização-reterritorialização e essa é uma discussão basilar para a compreensão do território e das territorialidades, uma vez que é neste movimento do processo de TDR que tanto o território como as territorialidades dos sujeitos se forjam. Tanto Haesbaert e Saquet se centram neste debate, que para a Geografia é crucial. Neste campo de discussão despontam de modo fundamental as contribuições de autores como: Claude Raffestin, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Como estamos trabalhando com sujeitos privados de liberdade, e esse cerceamento é efetivado pelo Estado através de uma instituição destinada para este fim, lembrando que nosso foco não é uma análise da instituição ou do atendimento socioeducativo, mas sim de como estes elementos se introduzem no processo de TDR do adolescente privado de liberdade.

A produção e reprodução do território e da territorialidade se dão pelo movimento do e no tempo/espaço das relações sociais estabelecidas pelos grupos sociais. Esse movimento

¹⁴ Ibid., p. 67.

tem como vetor as forças políticas, econômicas e culturais, logo não são elementos únicos e estáticos que conformam o território e as territorialidades, mas o movimento dessas variáveis revela a dinâmica socioespacial de uma dada sociedade.

De acordo com Saquet (2007) a matéria e a ideia estão em unidade e movimento constantes, no qual há superações, territorialidades e temporalidades, ambas históricas e coexistentes: “Compreender a constituição da denominada geografia crítica e de novas concepções do território e da territorialidade significa entender, necessariamente, os fatores históricos condicionantes, isto é, as mudanças sociais e espaciais que se processavam na economia, na política e na cultura como processos relacionais que determinaram a renovação dessa ciência”¹⁵

O autor chama a atenção, assim como Haesbaert, para a análise relacional a qual deve se debruçar a ciência geográfica, no sentido de romper com as dicotomias e dualismos nas abordagens e concepções sobre o território. Para Saquet, a produção do conhecimento e do pensamento é, simultaneamente, processual e relacional, presente no movimento entre a matéria e a ideia.

As reflexões de Saquet vêm de encontro ao que buscamos compreender, pois o deslocamento dos adolescentes para a RMB propõe uma nova relação deste sujeito que forçadamente pelo poder institucional do Estado, se movimenta, desmanchando seu território, pelo processo de desterritorialização do seu lugar de origem e pelo processo de reterritorialização em uma unidade de atendimento socioeducativo, assim, em certa medida, esse movimento reconfigura a interrelação do sujeito com o território.

A abordagem que estamos propondo se alinha a esta perspectiva da dimensão relacional, o que queremos é uma análise geográfica desse movimento, identificando quais elementos materiais e imateriais é possível identificar nas trajetórias de adolescentes no Sistema Socioeducativo, uma vez que Saquet define que: “Sucintamente, o território é compreendido, como lugar de proteção, segurança e oportunidade. É produto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais, ou seja, de territorialidades historicamente determinadas, num híbrido entre generalizações e particularidades, materialidades e imaterialidades, fluidez e estabilidade”¹⁶.

Os adolescentes na condição de privação de liberdade interagem com novos territórios o que implica na conformação de novas territorialidades, assim, esse processo produz

¹⁵ Ibid., p.76.

¹⁶ Ibid., p.105.

alterações na constituição do sujeito, uma vez que os elementos imateriais se expressam simbolicamente e sua territorialidade é reproduzida ou transformada na UASE.

Como já ressaltamos ao longo do texto os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação sofrem uma intervenção do Estado em suas vidas, pelo viés do controle que a institucionalização exerce. Neste sentido é possível agrupar os princípios de estabilidade e de movimento, de materialidade e de imaterialidade na vida desses sujeitos.

Assim, conforme nos aponta Saquet (2006, 2007), o território e as territorialidades são entendidos como resultado e condição do movimento, que envolve a materialização espacial da sociedade e a dinâmica da natureza exterior ao homem: “Território e territorialidades condicionam-se: a construção do território é estabelecida pelas territorialidades que são, ao mesmo tempo, influenciadas pelo território onde há unidade e diversidade determinadas em cada relação tempo-espço. Conjugam-se materialidade e imaterialidade de formas e relações sociais, identidade e movimento, mudanças e permanências, controle e desregulação no tempo e no espaço”¹⁷.

Desse modo, podemos afirmar que o território significa materialidade e imaterialidade ao mesmo tempo, não é formado apenas por formas nem apenas por relações sociais: as próprias relações são materiais e imateriais, mudam e permanecem na vida cotidiana. Há assim, uma unidade concreta e abstrata no e do território e na e da territorialidade humana, como ressalta Saquet: “As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território”¹⁸. Em se tratando de como isso se configura na vida cotidiana dos grupos sociais aponta: “A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações”¹⁹.

Para dar conta de capturar esse movimento no cotidiano, nossa pesquisa visa trabalhar em um escala local, de micro-território, uma vez que o *locus* da pesquisa serão as unidades de atendimento socioeducativo. Em Raffestin a territorialidade vai além da mera relação homem-território, uma vez que para além da demarcação de parcelas individuais há a relação social entre os sujeitos sociais, identificadas como um conjunto de relações originadas na

¹⁷ Ibid., p.114.

¹⁸ Ibid., p. 127.

¹⁹ Ibid., p.129.

tríade sociedade-espaço-tempo²⁰. Assim, a territorialidade resultaria de uma construção social derivada das relações sociais na conformação do território. Portanto, esse fazer acontece nos espaços de vivências dos grupos sociais, logo no território vivido.

Em Foucault (2011), encontramos o conceito de micro-poder como aquele que está no entorno dos aparelhos do Estado, exercendo também influência de controle sobre os indivíduos, funcionando como engrenagem do poder. As Unidades de atendimento socioeducativos são identificadas por nós como um micro-território, na perspectiva de Raffestin, uma vez que é o espaço de vivência de relações sociais dos adolescentes no período de internação.

Em Deleuze e Guattari (2011)²¹, encontramos contribuições acerca do processo de territorialização e reterritorialização, sobretudo no que tange os elementos de sua imaterialidade, uma vez que os autores trabalham com a categoria de mudança, movimento, havendo sempre uma preocupação com o vivido.

Neste sentido, vamos ao encontro do que Paula (2009), que faz um estudo e defende que as pesquisas no âmbito da abordagem territorial recente e constrói uma nova categoria de análise que é o território vivido: “Os estudos de territórios vividos surgem frente ao dado empírico de que os indivíduos ou, ainda, grupos sociais conformam territórios. Expressa, portanto, um movimento de inclusão de dinâmicas socioespaciais de pequena escala ao interesse dos geógrafos”²².

Há assim, uma congruência entre o que nossa dissertação pretende trabalhar e uma tendência na geografia de dar a devida atenção à pequena escala e a grupos sociais negligenciados, do ponto de vista do interesse acadêmico. Filiamos-nos a categoria de território vivido como conceito de análise de grupos que tem como raio de ação em micro-escalas, tal como será o campo de investimento nesta pesquisa. Não cremos que seja esta categoria um modismo, ou uma adjetivação do conceito de território, mas sim, um caminho teórico-metodológico que nos ajudará a elucidar e a fortalecer a abordagem territorial.

²⁰ RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993, p.160.

²¹ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2ª ed. 2011.

²² PAULA, Fernanda Cristina de. **Repensando o Território: Discutindo a categoria de território vivido**. Anais do II Encontro Nacional de História do pensamento Geográfico. USP: 2009, p. 07.

Retornando a Deleuze e Guattari, observamos que é a partir desses autores que o debate acerca do território se desvincula da base unicamente material, uma vez que levam em consideração o real e o imaginário como elementos que se movimentam entre si e são metamorfoseados socialmente. Como aponta Saquet: “Esses processos se delineiam de modo simultâneo, em um mesmo lugar ou em diversos lugares, dependendo da relação espaço-tempo. A mobilidade é do material e do imaterial, é possível assim, relacionar aspectos da economia, da política, da cultura que ajudam a pensar o processo de TDR levando em conta as manifestações simbólico-culturais e políticas expressas na vida cotidiana”²³. Neste sentido referenda aquilo que Haesbaert afirma: “Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre a nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação”, e “apropriação” ao mesmo tempo”²⁴.

Quando nos referimos ao processo de TDR, partimos do pressuposto de que o território é a concretude das relações sociais no espaço, pois quando o sujeito passa pelo processo de desterritorialização, ele não fica em suspenso, mas num movimento condicionante e se reterritorializa em outro espaço, produzindo um novo território e novas territorialidades. É fundamental perceber a ideia de movimento e de unidade, em um processo não estanque como é a TRD, neste sentido de movimento, o imaginário e o simbólico se metamorfoseia socialmente. Essas reflexões se consubstanciam com o que diz Saquet (2007): “(...) esses processo são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento, ou em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo”²⁵. Logo, a compreensão do território deve considerar as suas multiplicidades alinhavadas aos contextos de sua produção, conforme nos aponta Haesbaert: “O fato de considerarmos o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, jamais restringindo-o a um espaço uniescalar como o Estado nação, não implica menosprezar suas especificidades geo-históricas, sua diferenciação de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido”²⁶.

A desterritorialização refere-se ao *socius*, o que significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala

²³ Ibid., p.110-111.

²⁴ Ibid., p. 97.

²⁵ Ibid., p.111.

²⁶ Ibid., p. 96.

espacial e a temporalidade é que são distintas. Haesbaert acrescenta: “Na vida cotidiana, a dinâmica mais comum é que passemos constantemente de um território para outro, tratando-se sempre de uma desterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado”²⁷.

Essas reflexões que Haesbaert são fundamentais na análise de nossa pesquisa, pois os adolescentes na UASE se inserem em uma nova rotina cotidiana, o que não significa dizer que abandonam de todo suas vivências anteriores à internação. Os elementos imateriais de suas vivências se revelam no processo de movimento de TDR, e com as reflexões de Saquet concluímos preliminarmente esta breve reflexão: “Assim são os territórios e as territorialidades: vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade. Eis do que estou tratando.”²⁸ (SAQUET, 2007, p. 25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; SILVA, J. R. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I. Nº I. Julho de 2009. ISSN: 2175-3423. Disponível em www.rbhcs.com. Acesso em 01.08.10.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 29ª ed., 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Espaço e Multiterritorialidade entre territórios: Reflexões sobre a abordagem territorial**. In: Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais. Orgs: COSTA, Benhur Pinós. Et al. Expressão Popular: 2010. São Paulo.
- HOLANDA, Fabíola e MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer como pensar**. Ed. Contexto, 2ª ed. São Paulo: 2010.
- MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

²⁷ Ibid., p. 138.

²⁸ Ibid., p. 25.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever**. In: O trabalho do Antropólogo. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

PAULA, Fernanda Cristina de. **Repensando o Território: Discutindo a categoria de território vivido**. Anais do II Encontro Nacional de História do pensamento Geográfico. USP: 2009. Acesso em 19.03.2012 pelo: <http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/fernanda-cristina-de-paula.pdf>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma abordagem territorial**. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Org: SAQUET, Marcos Aurélio. & SPOSITO, Eliseu Savério. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Carlos. **Território e Territorialidade**. Revista Zona de Impacto, Vol.13, Ano 11, UFRO: 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **“Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Orgs: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. Expressão Popular, 1ª ed. São Paulo: 2009.